

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.**

**CAMPUS JOINVILLE
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO HOSPITALAR**

**ANDRÉA CRISTINA ROSA
MARILÉIA HERBERTS**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO CONTÁBIL DE
INSTITUIÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ANDRÉA CRISTINA ROSA
MARILÉIA HERBERTS**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO CONTÁBIL DE
INSTITUIÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE**

JOINVILLE, 2015

Rosa, Andréa Cristina; Herberts, Mariléia.

A Importância da Gestão Contábil de Instituição Hospitalar Beneficente/ Rosa, Andréa Cristina; Herberts, Mariléia – Joinville: Instituto Federal de Santa Catarina, 2015. 88 f.

Monografia - Instituto Federal de Santa Catarina, 2015. Graduação.
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar.
Orientador: Márcio Tadeu Costa, Esp.

1. Gestão 2. Recursos 3. Contabilidade I. Título

2015	Andréa Cristina Rosa Mariléia Herberts	A importância da Gestão Contábil de Instituição Hospitalar Beneficente	IFSC
------	---	---	------

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.
CAMPUS JOINVILLE
CURSO GESTÃO HOSPITALAR**

**ANDRÉA CRISTINA ROSA
MARILÉIA HEBERTS**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO CONTÁBIL DE
INSTITUIÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE**

**Submetido ao Instituto Federal
de Educação, Ciência e
Tecnologia de Santa Catarina
como parte dos requisitos de
obtenção do título de Tecnólogo
em Gestão Hospitalar.**

**Orientador: Márcio Tadeu Costa,
Esp.**

Joinville, 2015

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO CONTÁBIL DE INSTITUIÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE

**ANDRÉA CRISTINA ROSA
MARILÉIA HERBERTS**

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Hospitalar e aprovado na sua forma final pela banca examinadora do Curso Gestão Hospitalar do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Joinville, 23 de junho de 2015.

Banca Examinadora:

**Prof. Márcio Tadeu Costa, Esp.
Orientador**

**Prof^a. Francis R. Pimentel Gonçalves
Avaliador**

**Levi Rioschi, Vereador
Avaliador**

DEDICATÓRIA

“A Deus pelo amor que tem sobre minha vida. A meu esposo Wilson Cargin, que me apoiou de todas as formas para minha vitória, a meus filhos, netos e genro, por acreditarem em minha capacidade e para que sigam o caminho do conhecimento assim como eu o fiz. A minha amiga e companheira de todas as horas Mariléia Herberts que com toda sua paciência e compreensão não permitiu que o cansaço e estresse abalasse nossa amizade, vencemos amiga.”
Andréa C. Rosa

“A Deus que se mostrou criador, que foi criativo. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades, propor sempre um novo mundo de possibilidades e novos desafios. A meus filhos por acreditar e investir em mim, o cuidado e a dedicação foi que deram, em alguns momentos, a esperança e coragem para seguir.
E o que dizer a você Andrea Cristina Rosa! Obrigada, pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho. Valeu a pena todo sofrimento, todas as renúncias, chegamos à vitória.”
Mariléia Herberts

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por não permitir que os obstáculos superassem nossas forças, nos fornecendo saúde e coragem para não desistir.

A nossos familiares que entenderam nossa ausência em favor de um futuro melhor a todos nós.

Aos Professores do Curso de Gestão Hospitalar que contribuíram para nossa formação e desenvolvimento, em especial a nosso Orientador Professor Marcio Tadeu Costa, que acreditou em nós nos propondo um grande desafio e acreditou em nossa capacidade.

Agradecemos uma à outra, por trabalhar em dupla e acreditar na capacidade e discernimento, colaborando uma com a outra do início ao fim, com a certeza de que tudo o que nos foi ensinado, foi e continuará sendo bem aproveitado.

“Todavia, não me importo, nem considero a minha vida de valor algum para mim mesmo, se tão somente puder terminar a corrida e completar o ministério que o Senhor Jesus me confiou, de testemunhar do evangelho da graça de Deus.”
(Atos 20:24)

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”
(José de Alencar).

RESUMO

O presente estudo de caso tem por objetivo analisar a importância da gestão contábil, para organizar o saneamento do fluxo de recursos financeiros de hospitais beneficentes. A metodologia utilizada foi à coleta de dados, análise de documentos contábeis, pesquisa bibliográfica, e estudos das normas conforme a legislação vigente. Com base no estudo de caso e análise, verificamos a importância de obter dados fidedignos nos lançamentos contábeis no balanço patrimonial para o controle financeiro da instituição pesquisada, utilizando ferramentas de procedimento operacional padrão. Com os dados dos lançamentos contábeis e o balanço patrimonial, é possível fazer uma análise da situação financeira da instituição, assim proporcionar condições e efetivação de sua prestação de serviço com qualidade e técnica gerencial, garantindo a existência da organização, de extrema importância e significação para a comunidade local e regiões.

Palavras-chave: Gestão; Recursos; Contabilidade; Procedimento Operacional Padrão.

ABSTRACT

This case study aims to analyze the importance of financial planning and accounting, to organize the sanitation of the flow of funds to charitable hospitals. The methodology used was to collect data, analyze accounting documents, literature, and studies of the standards according to the current legislation. Based on the case study and analysis, we see the importance of obtaining reliable data on the accounting entries in the balance sheet for the financial control of the research institution, using tools of standard operating procedure. With data from journal entries and the balance sheet, you can make an analysis of the financial situation of the institution and provide conditions and effectiveness of their service delivery and quality management techniques, ensuring the organization's existence, of the utmost importance and significance for the local community and regions.

Keywords: Management; Resources; Accounting; Standard Operating Procedure.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIH – Autorização de Internação Hospitalar
ANS – Agência Nacional de Saúde
APAC – Autorização de Procedimentos Ambulatoriais
BP – Balanço Patrimonial
CFC – Conselho Federal e Contabilidade
CID – Classificação Internacional de Doenças
CNES – Cadastro Nacional de estabelecimentos de Saúde
CNS – Cartão Nacional de Saúde
DATASUS – Departamento de Informática do SUS
GAP – Guias de Autorização de pagamento
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
ITG – Interpretação Técnicas Gerais
NBC T – Normas Brasileira de Contabilidade Técnica
NBCASO - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
POPs – Procedimento Operacional Padrão
SAI – Sistemas de Informação ambulatorial
SAMHPS – Sistema de Assistência Médico-hospitalar da Previdência Social
SFCSP – Sistema de Informação de Custos do Setor Público
SH – Sistemas Hospitalares
SIH – Sistema de Informação Hospitalar
SIA – Sistema de Informação Ambulatorial
SNAS/MS – Secretaria Nacional de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde
SNCNES – Sistema Nacional de Cadastro de estabelecimentos de Saúde
SP – Serviços Profissionais
SUS – Sistema Único de Saúde
TG – Técnicas Gerais
TISS – Troca de Informação em Saúde Suplementar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 JUSTIFICATIVA	20
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	21
OBJETIVO	22
1.3 OBJETIVO GERAL.....	22
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
DESENVOLVIMENTO	23
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	23
2.1 HISTÓRICO DA ANÁLISE DE BALANÇO	27
2.2 PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO.....	30
2.3 ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE REGISTROS CONTÁBEIS.....	31
2.4 RESULTADO DO ESTUDO DE CASO	33
3 METODOLOGIA	44
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	47
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESTUDADA	48
4.2 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE TÉCNICA, EXPEDIDAS PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE.....	49
4.3 FUNDAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO PARA O GERENCIAMENTO OPERACIONAL DO FLUXO DE INFORMAÇÕES DAS TAREFAS DA ÁREA FINANCEIRA.....	50
5 CONCLUSÕES	60
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Atualmente existe uma crescente preocupação dos Hospitais beneficentes quanto a sua gestão financeira, principalmente em relação ao controle contábil das informações financeiras. Nacionalmente visualiza-se a precarização nos sistemas de saúde, quer seja pela ineficácia governamental, nos níveis do poder executivo municipal, estadual ou federal ou pela ineficiência das organizações paraestatais que oferecem este serviço, por meio de organizações hospitalares de natureza privada e beneficente. Destacam-se as organizações originárias das Santas Casas de Misericórdia, que atendiam os desvalidos e desassistidos pelo poder público.

Com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde, por lei aprovada em 1990, que garante a universalidade do sistema de saúde do Brasil, a necessidade de profissionalização tornou-se primordial nas organizações paraestatais, principalmente o que se refere aos recursos de ordem financeira, que articuladores da prestação de serviços que são, tornaram-se nas duas últimas décadas e meia um dos componentes da gestão que mais necessitaram de compreensão e ação técnica de gestão.

O presente estudo de caso tem por objetivo verificar a relevância do planejamento financeiro como instrumento para organizar e propor ações gerenciais de saneamento do fluxo de recursos financeiros de hospitais beneficentes, que evidenciem decisões a serem tomadas, de modo a propor um mecanismo que possa contribuir para sua gestão, ou seja, oferecendo uma ferramenta de controle e planejamento financeiro. A metodologia proposta constituir-se-á de coletas de dados, sua análise, entrevistas, validação dos dados, pesquisa bibliográfica e a construção de uma proposta de gerenciamento do fluxo de recursos financeiro.

A pesquisa caracteriza-se essencialmente como qualitativa, um estudo de caso, tendo seu universo delimitado em um Hospital beneficente no sudoeste do Paraná. Espera-se como resultado deste trabalho colaborar com a instituição

estudada para que venha oferecer melhorias na organização financeira da instituição, criando a partir de então um histórico, a fim de permitir a projeção futura da organização em um cenário que permita sua operacionalidade eficaz, respeitando o ambiente a que está inserido, auxiliando o gestor a planejar as ações que serão implementadas em seu negócio, além de permitir à instituição verificar antecipadamente quais delas poderão influenciar positiva ou negativamente sua saúde financeira, de modo a facilitar a análise de qual será a melhor forma de investir os recursos financeiros disponíveis, bem como constatar eventuais necessidades de captação de recursos de terceiros. O presente estudo foi direcionado para o ramo de Hospitais Beneficentes, que está inserido na prestação de serviços de assistência a saúde.

1.1 Justificativa

Para atender às demandas do processo assistencial e gerencial, faz-se necessário que se implante um modelo de gestão atual, a fim de aperfeiçoar o processo gerencial hospitalar, que hoje é visto como uma empresa (BURMESTER et al, 2007). A complexidade e a necessidade de seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade, expedidas também pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), principalmente a Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprova a ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos. Diante do estudo de caso realizado, buscou-se orientar a instituição beneficente estudada para organizar os lançamentos contábeis conforme legislação vigente, bem como criar processos para aperfeiçoar tais lançamentos.

A área financeira das instituições hospitalares tem a função que estabelece diretrizes para programar, orçar, adquirir, armazenar prover e pagar os bens e serviços que consome, dentro das normas legais e estatutárias para que assim possa manter a infraestrutura de instalações, equipamentos, médicos, funcionários, recursos financeiros e especialmente os clientes que ali se dirigem em busca de assistência a sua saúde. Para administrar adequadamente tais recursos, faz-se necessário um

gestor com conhecimento, capaz de entender de pessoas, dinheiro, tecnologia e dos processos necessários (LINO et al, 2008), com base nas análises internas e externas da instituição estudada, análises bibliográficas e estudos dirigidos, vimos a necessidade de descrever como deve ser a organização contábil de uma instituição hospitalar beneficente, descrevendo suas ações dentro da Lei que rege tais normativas, fundamentando os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de maneira simples e objetiva para que haja uma organização eficaz na instituição estudada e que se estenda a instituições hospitalares deficientes financeiramente.

O estudo de caso foi realizado com base no balanço patrimonial no período de 2009 a 2012 apresentados pela instituição analisada, com deficiência em sua estrutura e fidedignidade nos dados informados, devido a não atualização anual das informações financeiras, onde confirmamos a necessidade de focar nossos estudos na organização contábil da instituição foco do estudo de caso.

Ao se buscar as informações para efetuar os lançamentos contábeis, não basta ser eficiente, se faz necessário ser eficaz, só se é eficaz, sendo eficiente, e utilizando um padrão de coleta e lançamento dos dados financeiros para a contabilidade será obtido resultados fidedignos, como cita Silva, (2013 pg 18) “Eficácia significa fazer as coisas certas, do modo certo, de forma que os resultados sejam tão bons quanto o programado”. A contabilidade é a ciência que tem por objeto o patrimônio da instituição e por objetivo o controle desse patrimônio, representando-a de forma sistemática para servir como instrumento básico para a tomada de decisões de todos os seus potenciais usuários, o registro do fato contábil origina um lançamento contábil que deve estar suportado em documentação hábil e idônea.

1.2 Definição do Problema

Com base nas análises internas e externas da instituição estudada, análise bibliográficas e estudos dirigidos, vimos a necessidade de fundamentar como deve ser a organização

contábil de uma instituição hospitalar beneficente, descrevendo suas ações conforme nos orienta a Lei que rege tais normativas, fundamentando os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de maneira simples e objetiva para que se obtenha uma organização eficaz na instituição estudada e que se estenda a instituições hospitalares deficientes financeiramente.

OBJETIVO

1.3 Objetivo Geral

Analisar e compreender as informações financeiras para organizar os dados da contabilidade necessários para uma gestão financeira de qualidade, por meio do desenvolvimento de POPs (Procedimento Operacional Padrão) para o preenchimento dos documentos com dados necessários para realizar o Balanço Patrimonial das instituições hospitalares beneficentes, conforme as normas legais.

1.4 Objetivos Específicos

- Proceder as etapas determinadas na pesquisa, coletando e analisando dados do balanço patrimonial, realizando entrevistas, pesquisa bibliográfica e validando os dados com os dirigentes da organização.
- Identificar a necessidade de organização e controle financeiro da instituição estudada;
- Identificar o conhecimento e utilização das leis e normativas;
- Apresentar como as organizações financeiras de instituições hospitalares devem proceder diante das normativas exigidas pela Lei.

DESENVOLVIMENTO

2 REVISÃO DA LITERATURA

A Importância das Funções da Administração na Organização

Desde os primórdios da civilização, a Administração e a Contabilidade buscam criar uma sistematização para o registro e controle quantitativo de seus bens patrimoniais e seus rebanhos. No entanto, considera-se como marco inicial da Contabilidade a obra *Summa de Arithmética, Geometria, Proportioni et Proportionalitá*, do Frei Luca Pacioli, publicada em Veneza, no século XV, na qual está inserido o tratado sobre contabilidade e escrituração.

Embora Taylor e Fayol, com suas obras publicadas no início do século XX, sejam considerados os pais da Administração, se tem registro de princípios administrativos utilizados desde o início da humanidade como os da divisão do trabalho e da estrutura hierarquizada.

Fayol define o ato de administrar como: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. As funções administrativas envolvem os elementos da Administração, isto é, as funções do administrador, a saber:

- Previsão – Tentativa de avaliar o futuro por meio de um plano e fazer previsões para realizar este plano (esta função deu origem à função planejamento);
- Organização – Mobilização dos recursos humanos e materiais para transformar o plano em ação;
- Comando – Estabelecer orientações para os empregados e obter as coisas feitas;
- Coordenação – Obtenção da unificação e harmonia de todas as atividades e esforços;
- Controle – Verificação de que as coisas aconteçam em conformidade com as regras estabelecidas e expressas pelo comando.

“A administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais.” (CHIAVENATO, 2007, p. 11).

Henri Fayol, a respeito dos princípios gerais da administração, ressaltou: “Não existe nada rígido ou absoluto, quando se trata de problemas da administração; é tudo uma questão de proporção”.

“Administrar é um processo integrativo da atividade organizacional que permeia nossa vida diária. A necessidade de administrar surge do confronto entre as variáveis que compõem uma atividade formalmente estruturada, como recursos materiais e humanos, tecnologia, restrições ambientais, entre outros.”
(Kwasnicka, 2004, p. 19).

Todos estes autores concordam com o fato de que para se ter uma boa administração é necessário ter planejamento, organização e controle financeiro. Descreveremos então o que versam alguns autores sobre estes termos.

a) Planejar

Planejar é uma atividade intrínseca ao ser humano. O planejamento é a determinação antecipada dos objetivos a serem atingidos e dos meios pelos quais esses objetivos devem ser atingidos. Todos nós planejamos nossas ações, algumas mais conscientes e estruturadas, outras nem tanto, mas sempre planejamos para alcançar os resultados que desejamos. É a decisão do que fazer, como fazê-lo e quem deverá fazê-lo. É fundamental seguir as quatro funções do processo administrativo que estabelecerá a ponte onde estamos e onde queremos estar. Com isso, podemos concluir que nenhuma instituição sobrevive sem um planejamento estruturado. Muitas vezes, a lacuna existente entre o planejar e o executar é muito distante, daí a importância de um planejamento estruturado, simples, objetivo e que viabilize a sua execução com ações diárias organizadas de forma racional e estruturadas para que se alcancem os objetivos a que se propõe.

O planejamento é uma das funções essenciais da administração, segundo Petrocchi (2001) na teoria neoclássica da administração, o planejamento articula-se no denominado ciclo administrativo, e suas funções são: organizar, dirigir e controlar. Este elemento é fundamental para a sobrevivência das organizações, permite prever ações, escolher caminhos ou estabelecer processo na tomada de decisão, o planejamento precisa ter uma visão global do sistema e estudar cenários futuros. As imagens de complexidade e de dificuldade sobre o planejamento em muitos momentos aparecem distorcidas, e todos que lidam no seu dia a dia de forma planejada o fazem com absoluta naturalidade. A sua necessidade é a sua própria evidência e justificativa. (MENEGOLLA, at SANT'ANNA, 2003, pág. 17).

Mais recentemente, Delmar e Shane (2003, p. 1167) mencionam que o planejamento proporciona os seguintes benefícios: facilita a tomada de decisão mais rápida ao identificar a ausência de informações, sem requerer o comprometimento de recursos, fornece ferramentas para administrar o fornecimento e demanda de recursos de uma maneira que evita o gargalo indevido de tempo e identifica a sequência de ações para alcançar metas mais amplas de modo oportuno.

b) Organizar

Organizar significa preparar processos a fim de obter os resultados planejados. “Organização é a metodologia administrativa que orienta a capacidade de ordenação, estruturação e apresentação de um sistema, de um projeto, de um trabalho e dos recursos alocados visando alcançar os recursos estabelecidos no planejamento, Oliveira (2009, pg 35)”.

O conceito de organização pelo enfoque administrativo é de compilar capital, recursos humanos, equipamentos e processos, com o objetivo de se atingir um determinado resultado.

Segundo Fayol, organizar é dizer quem vai fazer o que e em que ordem, montar equipes, destinar orçamentos, estabelecer prioridades, dizer o que não fazer também é importante. Deixar claro para todos o que cada um faz, quanto

tempo tem para isso, como vai ser o controle e a cobrança, que recompensas estão no horizonte. É transformar o planejamento em ações objetivas e ordenadas.

c) Controle Financeiro

As informações contábeis representam uma forma de conhecimento técnico e operacional que favorecem nas ações de controle financeiro e decisões, auxiliando a assertividade das escolhas e da aplicação de estratégias (ATKINSON et al., 2010). Mas para garantir uma boa interpretação da situação financeira de uma empresa, alguns conceitos são importantes, e conhecê-los se faz necessário, não basta apenas controlar as finanças, mais sim saber como, quando, onde e quanto de recursos foram ganhos e gastos na instituição e também prever receitas e despesas. Possuir um Controle Financeiro irá ajudá-lo a entender as entradas, saídas, receitas e dividendos. Além de poder controlar custos pertinentes a área financeira de uma instituição.

Controle financeiro se desdobra nas análises financeiras proporcionadas pelo fluxo de caixa da empresa baseado na coordenação das atividades e avaliação da condição financeira da empresa. Por meio de relatórios financeiros elaborados a partir dos dados patrimoniais e da situação do fluxo de caixa. Silva e Lins (2010) consideram que a carência efetivamente eficiente de um controle financeiro nas empresas, geralmente são resultados diretos da falta de informações contábeis que permitam uma visualização do saldo de caixa e de um controle efetivo do fluxo de caixa. Portanto, as informações contábeis são fundamentais para garantir o conhecimento do valor do estoque existente no empresa, a noção das contas a receber e a pagar, assim como garantir uma visão do volume das despesas fixas ou financeiras. O fato é que o sucesso empresarial esta ligado a diversos fatores não somente financeiros, porém os controles financeiros através dos lançamentos contábeis com base no fluxo de caixa são com toda certeza uma ferramenta fundamental para manutenção do êxito alcançado e na busca de novos objetivos.

Controle é um substantivo utilizado para definir o domínio ou poder de fiscalizar e administrar determinada coisa; ter o

controle da situação é dominar ou ter o poder sobre o que está acontecendo. Controle financeiro é a organização e administração das finanças. Em outras palavras, significa controlar o dinheiro que foi investido, que foi gasto, as dívidas e tudo que estiver relacionado com o capital financeiro de uma empresa ou pessoal. Com as informações contábeis eficientes, os gestores podem desenvolver as estratégias a ser dirigidas aos vários setores internos das organizações, dando suporte à definição de planos estratégicos que permitam uma organização do patrimônio empresarial, Bruni (2011).

2.1 Histórico da Análise de Balanço

Atualmente o papel que a informação possui sobre a realização de negócios entre as instituições beneficentes tomou proporções gigantescas, chegando ao ponto de encontrarmos afirmações do tipo "a informação significa poder", ou seja, quanto mais informações de qualidade e fidedignas a organização detiver, maior será seu poder, podendo desta forma dispor de mais um instrumento que possa lhe dar segurança no processo de gestão empresarial.

Definitivamente, é necessário conhecer o ciclo de vida da instituição a fim de que todas as decisões nela tomadas sejam consistentes e capazes de conduzir a organização ao sucesso. As informações extraídas dos relatórios contábeis para a tomada de decisão são de suma importância, com ênfase nas utilizadas para gerar a análise financeira da organização.

O Balanço Patrimonial é uma das demonstrações contábeis preparadas pelas empresas e demais organizações. Mostra a posição numa determinada data, normalmente 31 de dezembro, como se fosse uma fotografia. Está dividido em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, nos explica Antoninho Marmo Trevisan (2012).

“O objetivo da Análise de Balanço é oferecer um diagnóstico sobre a real situação econômica financeira da organização, utilizando relatórios gerados pela Contabilidade e outras informações necessárias à análise, relacionando-se prioritariamente a utilização por parte de terceiros. O produto da

análise de Balanço é apresentado em forma de um relatório que inclui uma análise da estrutura, a composição do patrimônio e um conjunto de índices e indicadores que são cuidadosamente estudados e pelos quais é formada a conclusão do analista.” (LUNELLI, Portal da Contabilidade).

A Análise de Balanços tornou-se praticamente obrigatória em 1915 nos Estados Unidos, onde o Federal Reserve Board (Banco Central dos Estados Unidos) determinou que só poderiam ser redescontados os títulos negociados por empresas que tivessem apresentado seu balanço ao banco, medida que consagrou definitivamente o uso de demonstrações financeiras como base para concessão de crédito. Entretanto, na época as demonstrações financeiras não eram preparadas adequadamente para os fins a que se destinavam. Não havia uniformidade nas disposições e na terminologia, nem na classificação de rubricas.

Em 1918, o Banco Central dos Estados Unidos, criou um livreto que incluía formulários padronizados para o Balanço e Demonstração de Lucros e Perdas, bem como um esboço de procedimentos de auditoria e princípios de preparação de demonstrações financeiras.

Alexandre Wall, considerado o pai da Análise de Balanços, apresentou em 1919, um modelo de análise de balanços, através de índices, e demonstrou a necessidade de considerar outras relações, além do Ativo Circulante contra o Passivo Circulante. Mais tarde desenvolveu em parceria com outros autores, formulas matemáticas de avaliação de empresas, ponderando diversos índices de balanço.

No Brasil, a contabilidade teve início com a vinda da Família Real Portuguesa, pois com o aumento da atividade colonial, maior gastos públicos e a renda nos Estados, exigiu um aparato fiscal, constituindo-se o Erário Régio ou o Tesouro Nacional e Publico juntamente com o Banco do Brasil.

O produto da análise de balanço é apresentado em forma de um relatório, incluindo uma análise da estrutura, a composição do patrimônio e um conjunto de índices e indicadores que são cuidadosamente estudados e pelos quais é formada a conclusão do analista. As informações da análise de balanços estão voltadas para dentro e fora da empresa e não se

limitam apenas a cálculo de meros indicadores de desempenho para que a análise possa espelhar a realidade de uma empresa, é necessário que o profissional de contabilidade tenha certeza dos números retratados nas Demonstrações Contábeis e que efetivamente espelham a real situação líquida e patrimonial da entidade.

No levantamento dos Balanços e das demais Demonstrações Contábeis, que no Brasil são intituladas de Demonstrações Financeiras, são necessários vários procedimentos que estão detalhados nas NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade, na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Imposto de Renda e em normas expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários. Então, para que o contabilista realize uma perfeita análise do balanço, ele necessita saber se foram observados todos os procedimentos descritos nas normas em vigor.

No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. De acordo com o § 1º do artigo 176 da Lei 6.404/76 sobre as Sociedades Anônimas, onde estabelece que ao fim de cada exercício social a diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da companhia, suas demonstrações financeiras. As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior, para fins de comparação.

Atualmente o modelo de estrutura do Balanço Patrimonial deve estar de acordo com a Lei nº 11.638/07, MP nº 449/08 que aprova a NBC T 19.18 (Normas Brasileira de Contabilidade Técnica), onde descreve como a entidade deve aplicar suas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Resolução CFC nº 1.121/08 que fundamenta a preparação e apresentação das demonstrações contábeis destinadas a usuários externos, com a finalidade de dar suporte a todos os interessados pela elaboração das demonstrações contábeis, assim também auxiliar auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as normas.

O Balanço Patrimonial (BP) é a principal Demonstração Financeira existente. Ele mostra como de fato está o Patrimônio da empresa, refletindo sua posição financeira em um determinado momento que pode ser efetuado no final do ano (exercício) ou em qualquer data predeterminada.

No Balanço, o Patrimônio se encontra em equilíbrio, equilibra os bens e direitos com as obrigações e as participações dos acionistas. Desta forma, ele é a igualdade patrimonial. Nele se apresenta cada item que faz parte do Patrimônio da entidade e quanto se tem de cada, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

O termo "Balanço" origina-se do equilíbrio $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$; $\text{Aplicações} = \text{Origens}$; $\text{Bens} + \text{Direitos} = \text{Obrigações}$. Parte da ideia de uma balança de dois pratos, onde sempre há a igualdade de um lado com o outro (se não estiver em igualdade, significa que há erros na contabilidade da entidade).

Em resumo, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade.

2.2 Procedimento Operacional Padrão

O Procedimento Operacional Padrão (POP) nada mais é do que uma ferramenta de gestão que surge, geralmente, de fluxogramas organizacionais. Assim, o procedimento operacional padrão (ou do inglês, Standart Operating Procedure) caracteriza-se das operações necessárias a execução de determinada atividade, ou seja, trata-se de um roteiro padronizado que descreve, de modo detalhado, todas as tarefas envolvidas na execução de uma atividade. (RODRIGUES, 1999).

A noção de tarefa crítica é determinada pela tarefa que afeta varias unidades, cujos resultados comprometem a Organização, sendo parte do processo e tendo procedimento padronizado. A padronização de tarefas facilita à previsibilidade do processo, garantindo que as tarefas sejam executadas de modo idêntico, independente de quem as execute. Portanto,

mencionar os aspectos do mapeamento de processo, a saber; identificar objetivos, conhecer os produtos e entender o processo (DAVENPORT, 1994).

Sugeriremos que os respectivos POPs a serem implantados em instituições hospitalares, objetivem orientar os gestores sobre as necessidades operacionais para realização de processos corretos, que reflitam os serviços prestados pela instituição de saúde.

2.3 Organização do Processo de Registros Contábeis

O critério a ser avaliado para realizar a contabilidade de um hospital, segundo Fontes, implica primeiramente na avaliação se é público, privado ou entidade do terceiro setor, devido ao caso de muitos hospitais serem administrados por fundações, associações ou Organizações não Governamentais (ONGS) e receberem subvenção do governo. Alguns são diretamente públicos, devido a esses fatos, a contabilidade deve ser diferenciada para cada caso.

Os hospitais privados devem seguir as Normas Internacionais de Contabilidade, expedida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), de acordo com cada regime tributário, onde predominam os hospitais que tem lucro real como sistema de tributação.

Se o hospital for público, o balanço é feito com base nas Normas de Contabilidade Pública e profissional que devem estar atento à Resolução CFC no 1.366/2011, que aprova a NBC T 16/2011 – Sistema de informação de Custos do Setor Público.

Caso o hospital seja uma entidade do Terceiro Setor (filantrópico, beneficente), além de todas as legislações tributárias previdenciárias e societárias, o contador deve prestar atenção às Normas Brasileiras de Contabilidade, expedidas também pelo CFC, principalmente a Resolução CFC no 1.409/2012, que aprova a ITG 2002, sobre as Entidades sem fins lucrativos. Esta Interpretação estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem

divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

O objetivo desta normatização estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e apresentado, nesta Norma, como Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).

O reconhecimento se dará com as receitas e as despesas sendo reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência, os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades.

Caso não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, à contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo enquanto as receitas decorrentes de doação e outras especificadas na legislação devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, como nos apresenta Velter e Missagia (2009), quando apresenta uma importante finalidade gerencial das demonstrações financeiras das entidades sem fins lucrativos, que inserem a organização no seu meio ambiente e da legitimidade a sua atuação.

As demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26, onde define a base para apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a comparabilidade tanto das demonstrações dos períodos anteriores da mesma entidade, quanto as demonstrações contábeis de outras entidades. Observando-se que no Balanço

Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período, destacando-se as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade.

Importante apontar que sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidenciação contábil.

Esta Norma estabelece princípios e exigências da forma como o adquirente venha reconhecer e mensurar, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na adquirida; reconhecer e mensurar o ágio por expectativa de rentabilidade futura da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa; e determinar as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

Através da necessidade do setor público se adequar aos padrões internacionais de contabilidade, a criação do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, foi desenvolvida ações para promover a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, às normas internacionais, até 2012. Nestas novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) foram publicadas, e entraram em vigor a partir do exercício de 2012. Entre essas normas está a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 16.10.

2.4 Resultado do Estudo de Caso

O estudo de caso é feito a partir da base conceitual encontrada na literatura compreende o período de agosto de 2014 a abril de 2015.

Neste estudo de caso, verificamos que para se ter resultados positivos, é necessário coletar todas as informações corretamente e seus devidos lançamentos. A contabilidade é um sistema de informações destinado a registrar todas as movimentações ou transações financeiras da organização. Todas as operações realizadas que envolvam recursos financeiros ou o patrimônio da organização devem ser registradas em documentos e livros próprios e segundo procedimentos sistemáticos e padronizados internacionalmente. Toda atividade de produção de bens ou serviços tem como contrapartida um fluxo financeiro, a contabilidade constitui, na verdade, um registro sistemático da vida da organização e, enquanto tal representa o sistema de informações por excelência.

a) Balanço Patrimonial Ativo

Todo fluxo financeiro é registrado pela contabilidade através de lançamentos contábeis por um valor monetário, que, por convenção, é o seu valor de custo. A partir desse registro contábil, podem ser feitas todas as análises financeiras, permitindo o aprofundamento de aspectos específicos.

Referenciado por Bruni (2011), Padovese (2005) e Szuster et al (2011) o que pertence à organização é chamado de Ativo, que representa, de forma estática, os bens e os direitos da entidade, ou seja, tudo o que a empresa possui (caixa, máquinas, prédios, terrenos, estoque, material de escritório, etc.) e tudo o que lhe é devido, representado pelos valores “dos quais se espera que resultem fluxos de benefícios econômicos futuros” (SZUSTER et al.,2011). São sempre apresentados ao lado esquerdo do balanço.

“Entende-se por Ativo os recursos controlados por uma entidade em consequência de eventos passados e dos quais se espera que resultem fluxos de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para a entidade.

Pode-se dizer, também, que o ativo representa, de forma estática, os bens e os direitos da entidade, ou seja, tudo o que a empresa possui (caixa, máquinas, prédios, terrenos, estoque, material de escritório, etc.) e tudo o que lhe é devido (contas a receber)". (SZUSTER et al, 2011, pag. 41, item 2.3.2).

A criação do ativo circulante veio atender a uma antiga aspiração dos analistas, abrangendo todos os grupos ou contas realizáveis ou conversíveis no prazo, definido pela Lei nº 6.404/1976, no inciso I do artigo 179 que alterou de 180 para 365 dias o período que caracteriza o curto prazo, enquadrando-se no Ativo Circulante.

Obedecendo à ordem decrescente do grau de liquidez das contas, estabelece que no Ativo Circulante as contas devam ser classificadas em três grupos. O grupo denominado Disponibilidades, que "Representa o dinheiro em mãos" da empresa, os depósitos bancários a vista e as aplicações de imediata conversibilidade em dinheiro (MATARAZZO, 1995, p. 53) e também as aplicações financeiras de liquidez imediata, feitos pela organização no prazo de uma quinzena, uma semana ou um dia, por conta da existência de um mercado financeiro dinâmico, podendo ser considerado como dinheiro em mão. O grupo denominado Direitos Realizáveis em Curto Prazo registra-se os direitos a receber no prazo de até 12 (doze) meses, representados pelas contas: Duplicatas a Receber, Impostos a Recuperar e outros Créditos, por fim o grupo denominado Despesas do Exercício Seguinte que se caracteriza como as despesas pagas antecipadamente por possuírem relevância para a organização, podendo ser exemplificadas e o pagamento de seguros e altos encargos financeiros. Não raro aparecem englobadas sob o título "disponível" ou "disponibilidade", enquanto outras vezes aparecem subdivididas em várias contas.

A definição legal que embasa tal divisão, se apresenta de forma geral na Lei nº 6.404/76, que define as características dos elementos que devem compor o Ativo Circulante, apresentando características como: os valores disponíveis para utilização

imediate ou conversíveis em moeda corrente a qualquer tempo; os direitos conversíveis em valores disponíveis durante o curso do exercício seguinte aquele do balanço ou realizáveis durante o ciclo operacional da empresa se este exceder a um ano e os valores relativos a despesas já pagas “que beneficiarão o exercício seguinte aquele da data do balanço” (Matarazzo, 1998, p.53)

Bruni (2011) e Matarazzo (1995) classificam as contas representativas de bens e direitos com pequena ou nenhuma circulação como Ativo Não Circulante, sendo que a legislação divide o Ativo Não Circulante em quatro grupos: Ativo Realizável a Longo Prazo; Investimentos; Intangível e Imobilizado. O realizável a longo prazo compreende teoricamente as mesmas contas do ativo circulante, exceto as disponibilidades, “cujo prazo de realização seja superior a um ano ou o ciclo operacional for superior a um” (MATARAZZO, 1995, p. 58). Os Investimentos estão às contas representativas das participações permanente no capital de outras organizações, bem como as contas representativas dos direitos de qualquer natureza, não são classificadas no Ativo Circulante ou no Realizável a Longo Prazo e que caracterizem a manutenção da atividade principal da empresa. Ingressam nestas contas os recursos financeiros destinados a “bens que gerem receitas para a empresa, independente das suas atividades operacionais.” (RIBEIRO, 2013, p.118).

Intangíveis são aqueles que não têm existência física, tais como os direitos de exploração de serviços públicos, marcas e patentes e softwares, desmembrados do Ativo Imobilizado, que compreende os bens e direitos destinados à manutenção da atividade da empresa, representados, segundo Matarazzo (1995, p.60) pelos itens “necessários para que a empresa desenvolva as atividades para as quais ela foi criada”, tais como terrenos, construções, instalações físicas, máquinas, equipamentos, móveis, utensílios; veículos, etc.

O Total do ativo dá-se pela soma de todos os ativos da empresa, “É o total das contas representativas de bens e direitos que devem ser classificadas obedecendo à ordem decrescente do grau de liquidez” (RIBEIRO,2013, p.116) sendo que grau de

liquidez é o maior ou menor prazo nos quais bens e direitos podem ser transformados em dinheiro.

b) Balanço Patrimonial Passivo

Os valores devidos pela organização são denominados de Passivo, onde são classificadas as contas que representam as obrigações, que também são conhecidas por Passivo Exigível. Essas contas devem ser classificadas na ordem decrescente do grau de exigibilidade que representa o maior ou menor prazo em que a obrigação deve ser paga. “Representa todas as origens (fontes) de recursos que entram na empresa, exemplo: recursos próprios e recursos de terceiros”. (PADOVEZE, 2005, p.64)

Dentro do Passivo, dois tipos de conta merecem comentário. O que é devido a terceiros (fornecedores, bancos, órgãos governamentais, etc.) é chamado de Exigível, e aqueles recursos originários diretamente dos proprietários, neste caso, trata-se do Patrimônio Líquido, que representa o que “sobraria” para os donos da empresa ou instituição se ela usasse todos os seus ativos para pagar suas dívidas e obrigações. O patrimônio líquido é, portanto, a diferença entre o ativo e o passivo exigível, e pode ser positivo, quando a organização possuir mais bens e direitos do que obrigações, ou negativo se as dívidas forem maiores do que os bens e direitos.

No passivo circulante teremos todas as contas que representam as Obrigações, onde os vencimentos ocorram durante o Exercício seguinte ao do Balanço em que as contas estiverem sendo classificadas. Essas obrigações devem ser tanto as conhecidas (por exemplo, as duplicatas a pagar, promissórias a pagar, salários a pagar) como as calculáveis com precisão, tais como variações cambiais e juros, quanto as calculáveis apenas aproximadamente, como provisões para férias e décimo terceiro salário dos empregados. “Compreendem todas as obrigações da empresa vencíveis no prazo de um ano ou, se o ciclo operacional for maior que um ano, as obrigações vencíveis no prazo do ciclo operacional” (MATARAZZO, 1995, p. 63).

No passivo não circulante serão apresentados os compromissos assumidos na obtenção recursos financeiros para

a empresa, como é o caso de empréstimos efetuados junto a bancos. “para financiamento das imobilizações ou do giro dos negócios” (MATARAZZO, 1995, p. 64).

Essas obrigações são contraídas mediante contratos que fixam o valor total, forma e época de liberação das parcelas, finalidade dos recursos, cláusulas de pagamento e que especificam também os juros, a forma de correção etc. Recomenda-se utilizar a expressão empréstimos para aqueles recursos tomados para livre aplicação pela empresa, onde normalmente as garantias são representadas por duplicatas entregues em caução e cobrança, enquanto segundo Matarazzo (1995) a expressão financiamento seria usada para os recursos destinados especificamente a financiar determinados bens, ou seja, com destino certo e específico que servirão de garantia para a instituição financeira, tais como equipamentos, imóveis, veículos, etc.

“É o total das contas representativas de bens e direitos que devem ser classificadas obedecendo à ordem decrescente do grau de liquidez”. Grau de liquidez é o maior ou menor prazo no qual bens e direitos podem ser transformados em dinheiro. (RIBEIRO, 2013, pág. 116).

Dentro do Passivo, dois tipos de conta merecem comentário. O que é devido a terceiros (fornecedores, bancos, órgãos governamentais, etc.) é chamado de Exigível, mas a instituição pode obter seus recursos não de terceiros, mas diretamente dos proprietários, neste caso, trata-se do Patrimônio Líquido, que representa o que “sobraria” para os donos da empresa ou instituição se ela usasse todos os seus ativos para pagar suas dívidas e obrigações (seu Exigível); o patrimônio líquido é, portanto, a diferença entre o ativo e o passivo exigível, e pode ser positivo (se a instituição tiver mais bens e direitos do que obrigações) ou negativo (se as dívidas forem maiores do que os bens e direitos).

c) Demonstrativos de Resultado

Além do Ativo e do Passivo, a contabilidade também trabalha com outros dois tipos de conta que configuram as contas ditas de Resultado. As contas de Receita e as contas de Despesa representam respectivamente o que a organização recebe pela comercialização do seu produto (seja ele um bem ou serviço) e o gasto despendido para produzir esse produto.

Pode-se perceber imediatamente uma diferença fundamental entre as contas de Ativo e Passivo, de um lado, e as contas de Receita e Despesa, de outro: Receita e Despesa são contas dinâmicas que retratam movimentos ou fluxos de recursos ocorridos durante um determinado período (geralmente, um ano), enquanto as contas de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido são estáticos e representam a posição ou situação em determinado momento (geralmente, o final do exercício contábil).

É por meio do Superávit/Déficit do Exercício que se mede o resultado econômico da empresa. As empresas podem estabelecer participações nos lucros para empregados e administradores, mas, somente após a dedução dos prejuízos acumulados e o Imposto de Renda. “A demonstração do resultado do exercício é a demonstração mais esperada pelo empresário, pois é por meio dela que se mede o resultado econômico da entidade, ou seja, a rentabilidade da empresa”.

A estrutura preconizada pela Lei para este demonstrativo tão importante há de ser observada pelas sociedades anônimas e também pelas empresas em geral, pois o Código Civil não estabelece uma forma de apuração e demonstração do resultado e dispõe que as disposições da Lei nº 6404/1976 devem ser “observadas supletivamente no que couber e em que não houver regulamentação pelo Código” (VELTER; MISSAGIA, 2009, p.10).

“Compreendem todas as obrigações da empresa vencíveis no prazo de um ano ou, se o ciclo operacional for maior que um ano, as obrigações vencíveis no prazo do ciclo operacional. Essas obrigações devem ser tanto as conhecidas (por exemplo, as duplicatas a pagar, promissórias á pagar, salários á pagar) como as calculáveis com precisão, tais como variações cambiais

e juros, quanto as calculáveis apenas aproximadamente, como provisões para férias e décimo terceiro salário dos empregados”. (MATARAZZO, 1998, pag. 63).

Os hospitais privados devem seguir as Normas Internacionais de Contabilidade, expedida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), de acordo com cada regime tributário, onde predominam os hospitais que tem lucro real como sistema de tributação.

Para o hospital público, o balanço é feito com base nas Normas de Contabilidade Pública e profissional que devem estar atento à Resolução CFC nº 1.366/2011, que aprova a NBCT 16/2011 – Sistema de informação de Custos do Setor Público.

Se o hospital for do terceiro setor, é necessário fazer um levantamento detalhado das demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos do ano a ser registrado.

Esses registros devem ser conduzidos de acordo com as normas aplicáveis no Brasil e compreenderem: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do hospital; a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do hospital, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. As demonstrações financeiras referidas devem representar adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Beneficente em estudo, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos entre as datas registradas, devem estar de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que além de todas as legislações tributárias previdenciárias e societárias, o contador deve prestar atenção as Normas Brasileiras de Contabilidade, expedidas também pelo CFC (Conselho Federal

de Contabilidade), principalmente a Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprova a ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos.

As entidades sem finalidade de lucro são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízos são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit (NBC T 10.19.1.3). Tais entidades, mesmo aquelas que tenham sede no exterior, mas que atuem no Brasil devem seguir as normas contábeis brasileiras.

d) Índices Financeiros Básicos

Definimos as variáveis constituintes dos índices financeiros básicos, para avaliar sua utilização ou grau de importância na gestão financeira de uma organização hospitalar beneficente. Foram avaliados para utilização os Índices de Liquidez que demonstram a capacidade da organização em pagar suas dívidas no curto prazo, os Índices de Estrutura de Capital que analisam a composição dos recursos obtidos das diferentes fontes de financiamento de uma organização, os Índices de Atividades que se refere aos índices de atividades, que evidenciam os ciclos financeiro e operacional de uma organização.

Bruni (2011), Matarazzo (1995), Velter e Missaglia (2009) e Ludicibus (2004) definem os Índices de Liquidez como a quantia de valores circulantes que a empresa possui para pagar suas dívidas em curto prazo, que procuram “ênfatizar a solvência de curto prazo e a análise de contas dos ativos e passivos circulantes.” (BRUNI, 2011, p. 127). Quando os resultados forem menores que um, indicam uma situação preocupante, portanto os resultados destes índices devem ser maiores que um, para indicarem uma margem confortável, pois “quanto maiores os recursos, maior essa margem, maior a segurança da empresa, melhor a situação financeira”. (MATARAZZO, 1998, p. 173)

O grupo de índices de estrutura de capital expõe as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos. Estes indicadores apresentam a imobilização do ativo permanente, o percentual do capital de

terceiros em relação ao patrimônio líquido do hospital, além de apresentarem a dívida total que o hospital deve pagar no curto prazo em relação ao total das suas dívidas, por fim medem a proporção do ativo financiada pelos credores, tendo como “desejo que este indicador seja o menor possível” (VELTER; MISSAGIA, 2009, pg. 73).

A categoria análise de atividades de acordo com Martins (2005, p.44) é composta por índices que são utilizados “para medir a velocidade em que as contas circulantes do hospital são convertidas em caixa.” São os principais objetos destes estudos o período de tempo (dias, semanas, meses) que o hospital leva, em média, para receber pelos serviços prestados e quanto tempo à organização leva para pagar suas obrigações de curto prazo.

e) Índices para Aplicação Analítica

Com o estudo de caso prevemos a realização de algumas etapas relacionadas com o estudo de índices e indicadores para aplicação em análises financeiras. A determinação dos principais índices a serem aplicados à Análise Financeira da organização, que após a referenciação bibliográfica e a análise dos seus elementos constituintes dos índices financeiros, avaliamos o impacto na construção dos cenários micro e macro ambiental da organização hospitalar, escolhendo-se os principais a serem utilizados. Com a análise horizontal das demonstrações financeiras da organização, fizemos a comparação entre componentes do conjunto em vários exercícios financeiros, por meio de números-índices, objetivando a avaliação ou o desempenho de cada conta ou grupo de contas, ao longo dos períodos analisados. Esta análise é utilizada para medir a evolução dos itens que compõem a massa patrimonial da empresa, e caracterizar tendências.

Também realizamos a análise vertical das demonstrações financeiras da organização, que determinou o percentual de participação de cada item pesquisado, em relação ao total da demonstração analisada. Este índice demonstrou a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence, por meio de comparações com padrões estabelecidos com base em atividades do segmento hospitalar ou do próprio

hospital (índices padrões), inferindo se há itens fora das proporções normais. Esse tipo de análise vem suprir principalmente a necessidade periódica de se conhecer a distribuição dos valores no sistema Patrimonial e de Resultados em termos Percentuais.

Foi realizada também a análise dos indicadores das demonstrações financeiras da organização, que evidenciaram a capacidade de pagamento a curto e longo prazo, o nível de endividamento, o aumento ou redução na rentabilidade e os prazos médios praticados com dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

No primeiro levantamento das informações e documentos contábeis, verificou-se imprecisão nos dados, de tal ordem que inviabilizaria sua utilização como fonte de dados para as respectivas análises. Como apresenta Gil (2002, p.19) o projeto de pesquisa é o “processo sistematizado mediante o qual se pode conferir maior eficiência à investigação.” E para tanto garantir que os recursos básicos conferissem credibilidade ao resultado final foi uma preocupação que o pesquisador conferiu as decisões, procurando que o resultado final oportunizasse “descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação.” (GIL, 2002, p. 54)

Desta forma, a não realização destas etapas resultou na determinação de ações que possibilitassem a reengenharia organizacional, que busque a eficácia usada para “indicar que a organização realiza seus objetivos” (MAXIMIANO, 2008, p. 04). Para tanto é necessário que os procedimentos básicos sejam garantidos e que garantam o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos com a finalidade de alcançar os seus objetivos.

Com esses resultados propomos estratégias de organização dos processos a serem implementadas no setor financeiro de entidades hospitalares beneficentes, objetivam proporcionar um controle adequado com informações e objetivos previamente traçados e sobre as atividades realizadas de forma a garantir, segundo Maximiliano (2008), informar se os objetivos estão sendo atingidos, com o desempenho em relação aos objetivos e as correções a serem alcançados.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo será realizada uma abordagem dos principais tópicos que integram o estudo a partir do estudo de caso (da revisão de literatura), com o objetivo de esclarecer a importância da organização financeira hospitalar, com foco nas análises do balanço patrimonial, índices de liquidez, índices de atividades e POPs hospitalar, conforme a Lei.

A metodologia proposta constituir-se-á de coletas de dados, sua análise, entrevistas, validação dos dados, pesquisa bibliográfica e a construção de uma proposta sobre a importância da gestão contábil de instituição hospitalar beneficente. A pesquisa caracteriza-se essencialmente como qualitativa, um estudo de caso, tendo seu universo delimitado uma instituição beneficente. Espera-se como resultado deste trabalho a apresentação de metodologia que ofereça condições de compreensão da situação financeira da organização, suas especificidades e histórico, a fim de permitir a projeção futura da organização em um cenário que permita sua operacionalidade eficaz, respeitando o macro ambiente a que esta inserida. Além do documento final será proposto a implantação do resultado obtido com o estudo de caso, com oportunidade de dar continuidade ao projeto de pesquisa em cada fase de execução.

A primeira etapa constitui-se na referenciação bibliográfica das variáveis constituintes dos demonstrativos financeiros, tais como o Balanço Patrimonial, composto por grupos de definições que abrangem o Ativo Circulante, Ativo Realizável em Longo Prazo, o Ativo Permanente, formado por Investimentos, Imobilizado e o Diferido. Também compõe o Balanço patrimonial o Passivo Circulante, Passivo Exigível em Longo Prazo e o Resultado de Exercícios Futuros.

Conclui-se este com o Patrimônio Líquido, formado pelo Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliações, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados. Outro documento essencial na pesquisa é o Demonstrativo de Resultados do Exercício, e seus grupos: Receita Bruta de Vendas e Serviços, Receita Líquida das Vendas e Serviços,

Lucro Bruto, Lucro ou Prejuízo Operacional, Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda e Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício.

A segunda etapa será a referenciação dos índices financeiros básicos, para avaliar sua utilização ou grau de importância na gestão financeira de uma organização hospitalar. Serão avaliados para utilização dos Índices de Liquidez que demonstram a capacidade da organização em pagar suas dívidas no curto prazo, os Índices de Estrutura de Capital que analisam a composição dos recursos obtidos das diferentes fontes de financiamento de uma organização, os Índices de Atividades que se refere aos índices de atividades, que evidenciam os ciclos financeiro e operacional de uma organização e os Índices de Lucratividade e rentabilidade que demonstram o retorno dos investimentos realizados.

A pesquisa propõe, a partir da avaliação e validação dos dados coletados pela análise vertical e horizontal a determinação dos principais índices a serem aplicados á análise financeira da organização, determinando-se o impacto na construção dos cenários micro e macro ambiental da organização hospitalar, escolhendo-se os principais a serem utilizados, para realização da análise horizontal das Demonstrações Financeiras da organização, que são as comparações entre componentes do conjunto em vários exercícios, por meio de números-índices, objetivando a avaliação ou o desempenho de cada conta ou grupo de contas, ao longo dos períodos analisados. Esta análise é utilizada para medir a evolução dos itens que compõem a massa patrimonial da empresa, e caracterizar tendências. Realizar-se também a análise vertical das Demonstrações Financeiras que é a determinação do percentual de participação de cada item pesquisado, em relação ao total da demonstração analisada. Este índice demonstra a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence, por meio de comparações com padrões estabelecidos com base em atividades do segmento hospitalar ou do própria hospital (índices padrões), permite inferir se há itens fora das proporções normais. Esse tipo de análise vem suprir principalmente a necessidade periódica de se conhecer a distribuição dos valores no sistema patrimonial e de resultados em termos percentuais.

Complementando-se a análise de indicadores que objetivam evidenciar a capacidade de pagamento a curto e longo prazo, o nível de endividamento, o aumento ou redução na rentabilidade e os prazos médios praticados com dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

A fase de definições da pesquisa se define com o estabelecimento dos objetivos, onde se propõe ações gerenciais de controle contábil e procedimento operacional padrão dos recursos financeiros para a organização hospitalar objeto da pesquisa. Estes objetivos deverão ser fundamentados para oferecer embasamento e fundamentação teórica para a organização objeto de estudo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As demonstrações financeiras de qualquer empresa devem seguir Leis Internacionais e Nacionais, pois a responsabilidade do administrador de sociedade alcança vários aspectos, entre eles: responsabilidade civil, societária, tributária, administrativa, trabalhista e criminal. Para as entidades filantrópicas ou beneficentes, não é diferente, ainda há mais exigências constantes na legislação tributárias e previdenciária, dentre elas o demonstrativo Financeiro Mensal de Atividade, com descrição pormenorizada dos serviços assistenciais ou de saúde prestados a pessoas carentes, em especial às crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência mencionando a quantidade de atendimento e os respectivos custos, para o caso da pessoa jurídica de direito privado em gozo de isenção total; demonstrativo Financeiro Mensal de Atividade, no qual conste a quantidade de atendimentos gratuitos oferecidos a pessoas carentes, o valor efetivo total das vagas cedidas, a receita proveniente dos atendimentos prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), o valor da receita bruta, da contribuição social devida, o percentual e o valor da isenção usufruída, para o caso da pessoa jurídica de direito privado em gozo de isenção proporcional (Conforme Decreto de Lei 3.048/99, artigo 209, Incisos I a V). A sociedade instituída será obrigada a responder, perante terceiros, pelos atos praticados por seu administrador, restando à sociedade, porém, o direito de agir regressivamente contra o administrador, para reaver as perdas e danos sofridos pela sociedade (art. 931 do Código Civil Brasileiro).

O administrador da instituição deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios. Ou seja, presume-se sua dedicação e boa-fé. Sendo assim, se faz necessário que o administrador de qualquer que seja a instituição privada ou pública, siga as normas administrativas regidas e perante a Lei, controle seus registros e promova padronização nos afazeres da instituição, para que não haja problemas de ordem, não só financeira ou administrativa

não venham ocorrer, mas para evitar corrupção dentro da instituição, causando muitas vezes a quebra ou até mesmo a falência da mesma.

Com base nas análises internas e externas, vimos à necessidade do controle de despesas e seus devidos lançamentos no balanço patrimonial, evitando assim desperdícios ou gastos não apropriados. Verificamos a falta de uma padronização através de POPs (Procedimento Operacional Padrão) onde não existe uma sequência de gestão nem registros fidedignos das contas.

“A demonstração do resultado do exercício é a demonstração mais esperada pelo empresário, pois é por meio dela que se mede o resultado econômico da entidade, ou seja, a realidade da empresa. A estrutura preconizada pela Lei para este demonstrativo tão importante há de ser observada pelas sociedades anônimas e também pelas empresas em geral, pois o Código Civil não estabelece uma forma de apuração e demonstração do resultado e dispõe que as disposições da Lei nº 6404/1976 devem ser observadas supletivamente no que couber e em que não houver regulamentação pelo Código”. (VELTER E MISSAGIA, 2009, PAG. 10/11).

4.1 Caracterização da Organização Estudada

O presente estudo foi realizado em instituição beneficente sem fins lucrativos situado na região sudeste do Estado do Paraná, onde suas atividades são a prestação de assistência médico-hospitalar no atendimento à saúde, servindo como referência no atendimento em Urgência e Emergência, onde podemos analisar a deficiência do setor financeiro e a precariedade em que a instituição se encontra por falta de gestão organizacional financeira.

A instituição analisada fundada no século XX continua com sua estrutura física sem manutenção, apenas com alguns reparos ineficientes, sendo somente um terço da construção em condições operacionais. Sendo o único hospital do município a atender pelo SUS, saúde suplementar e particular. Com gestões anteriores precárias e sem nenhuma administração financeira de qualidade, acabou por denegrir a imagem da instituição e levar a imparcial falência.

Hoje conta com a ajuda de amigos do Rotary Club da cidade na administração, onde tentam de todos os lados captar recursos financeiros para sanar dívidas anteriores adquiridas pela má gestão. A instituição caracteriza-se de pequeno porte e atende atualmente 80% SUS e o restante, saúde suplementar e privado.

4.2 Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica, Expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Para implantarmos os registros contábeis de um hospital beneficente, é necessário fazer um levantamento detalhado das demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos do ano a ser registrado.

Esses registros devem ser conduzidos de acordo com as normas aplicáveis no Brasil, as NBC T (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica), e compreendem: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do hospital; a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do hospital, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As demonstrações financeiras referidas devem representar adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Beneficente em estudo, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio

líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos entre as datas registradas, devem estar de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que além de todas as legislações tributárias previdenciárias e societárias, o contador deve prestar atenção as Normas Brasileiras de Contabilidade, expedidas também pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), principalmente a Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprova a ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos.

As entidades sem finalidade de lucro são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízos são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit (NBC T 10.19.1.3). Tais entidades, mesmo aquelas que tenham sede no exterior, mas que atuem no Brasil devem seguir as normas contábeis brasileiras. Dentre tais normas, encontram-se as abaixo apresentadas em sua versão original:

4.3 Fundamentação do Procedimento Operacional Padrão para o Gerenciamento Operacional do Fluxo de Informações das Tarefas da Área Financeira

Com base na pesquisa em uma instituição do sueste do Estado do Paraná, observamos a necessidade de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), para uma organização e controle na administração financeira, com características de fácil entendimento operacional da equipe responsável.

O POP consiste numa ferramenta de gestão que deriva, geralmente, de fluxogramas organizacionais. Assim, o procedimento operacional (ou do inglês, Standart Operating Procedure) caracteriza-se das operações necessárias a execução de uma dada atividade, ou seja, trata-se de um roteiro padronizado que descreve, de modo detalhado, todas as tarefas envolvidas na execução de uma atividade. (RODRIGUES, 1999)

A noção de tarefa crítica caracterizada pela tarefa que afeta varias unidades, cujos resultados comprometem a Organização, sendo parte do processo e tendo procedimento padronizado. A padronização de tarefas possibilita à

previsibilidade do processo, garantindo que as tarefas sejam executadas de modo idêntico, independente de quem as execute. Importante, portanto, mencionar os aspectos do mapeamento de processo, a saber; identificar objetivos, conhecer os produtos e entender o processo (DAVENPORT, 1994).

Sugeriremos que os respectivos POPs possam ser implantados na instituição pesquisada, com o objetivo de orientar os gestores sobre as necessidades operacionais para realização de processos corretos, que reflitam os serviços prestados pela instituição de saúde. Apresentaremos as sugestões das área/tarefas a serem estudadas.

a) Normativas para preenchimento da AIH (Autorização de Internação Hospitalar)

Tem como objetivo principal orientar sobre o cumprimento das normalizações do SIH/SUS, suas características e seu processamento descentralizado, aos gestores estaduais e municipais, para a administração do sistema, e orientar técnicos dos estabelecimentos hospitalares integrantes do SUS na correta operação do sistema e seus documentos.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, e regulamentado pela Lei n.º 8.080/90 e pela Lei n.º 8.142/90. Com o advento do SUS, surgiu também a necessidade de estabelecer um sistema único de informações assistenciais para subsidiar os gestores no planejamento, no controle e na avaliação das ações de saúde. Nesse sentido, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria MS/GM n.º 896/90, determinou ao Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) a implantação do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) a partir de 1.º de agosto de 1990.

A implantação do SIH foi regularizada pelo INAMPS com base no Sistema de Assistência Médico-Hospitalar da Previdência Social (SAMHPS) e o seu instrumento: a Autorização de Internação Hospitalar (AIH), utilizada pela rede hospitalar própria federal, estadual, municipal e privada com ou sem fins lucrativos. Em 1991, a Secretaria Nacional de Assistência à

Saúde do Ministério da Saúde (SNAS/MS) implantou, como parte do SIH/SUS, a tabela única de remuneração pela Assistência à Saúde na modalidade hospitalar, com estrutura e valores idênticos para todos os prestadores, independente da natureza jurídica e do tipo de vínculo com o SUS. Definiu, também, que o acervo do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar da Previdência Social (SAMHPS) passasse a compor a base do SIH/SUS.

Com a descentralização dos serviços de saúde para os estados, Distrito Federal e municípios houve a adequação da regulamentação de instrumentos e conceitos do SIH/SUS, indispensáveis aos gestores locais. A Portaria MS/GM n.º 396/00 aprovou o Manual do Sistema de Informação Hospitalar (SIH/SUS), atribuindo à Secretaria de Assistência à Saúde a responsabilidade pela edição anual, bem como por sua atualização e, em virtude da necessidade de atualizações sistemáticas.

O SIH é um relevante instrumento de informação para orientar o gestor na tomada de decisões relacionadas ao planejamento das ações de saúde, inclusive para a vigilância em saúde. Desde que corretamente preenchido, a morbidade/mortalidade hospitalar do município ou do estado estará refletida através da Classificação Internacional de Doenças (CID) registrado na AIH, servindo, por vez, como indicador da atenção ambulatorial.

O desempenho e as condições sanitárias do estabelecimento podem ser avaliados a partir das taxas de óbito e de infecção hospitalar. Com o tempo, funcionalidades são introduzidas no SIH, com a finalidade de aprimorar a qualidade das informações. Com o avanço da tecnologia da informação e em conformidade com os princípios do SUS, tornou-se necessário estabelecer mecanismos para a sua descentralização.

Assim, o Ministério da Saúde, após amplo processo de discussão com gestores estaduais e municipais, editou a Portaria MS/GM n.º 821/04, determinando a descentralização do processamento do SIH/SUS, para estados, Distrito Federal e municípios plenos. A partir de abril de 2006, após capacitação das secretarias estaduais e municipais de saúde e Distrito

Federal, realizada pela Coordenação Geral de Sistemas de Informação, Departamento de Regulação Avaliação e Controle, (SAS/MS) e da Coordenação Geral de Informação Hospitalar, Departamento de Informática do SUS (DATASUS/SE/MS), foi implantado no país o processamento descentralizado do SIH/SUS. A descentralização do processamento do SIH representa mais um avanço no processo de autonomia e ampliação da capacidade de gestão local prevista no SUS.

- b) Gerenciamento dos faturamentos SUS, conforme normas do SIH-SUS.

Possui diversos objetivos organizacionais, tais como a qualificação das informações em saúde a partir dos registros dos atendimentos aos usuários internados nos estabelecimentos de saúde do SUS, atualização dos gestores locais e prestadores de serviços a cerca do correto preenchimento dos Laudos para Emissão de Autorização Hospitalar (AIH) de acordo com as normas do SIH/SUS, a difusão da importância da integração entre os sistemas, especialmente o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) como instrumento de extrema relevância para os sistemas de informação do atendimento no SUS, e sua compatibilização no processamento do Sistema de Informação Hospitalar.

São também objetivos do gerenciamento dos faturamentos SUS, conforme normas do SIH-SUS, a orientação de Gestores Estaduais e Municipais quanto a novas regras, críticas e processamento do SIH à luz da Tabela Unificada de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS/SIGTAP, a disponibilização de instrumentos para capacitação do corpo clínico, auditores, supervisores, direção e técnicos de informática dos estabelecimentos de saúde que lidam com o registro da internação hospitalar, a operação do sistema e a correta utilização de seus documentos de suporte, possibilitar o conhecimento de aspectos clínicos e epidemiológicos dos pacientes internados no SUS. E por fim atualizar servidores públicos, auxiliando na gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde.

c) Faturamento de procedimento SUS - Autorização de Internação Hospitalar (AIH).

A hospitalização de um paciente resultará nos Serviços profissionais (S.P), e Serviços Hospitalares (S.H). O pagamento dos serviços hospitalares atribuídos a cada um dos procedimentos realizados é feito pela soma dos valores correspondentes a coluna dos Serviços Hospitalares (SH) registrados na AIH (Autorização de Internação Hospitalar), onde estão incluídos os valores referentes aos gastos com alimentação, taxas de sala, materiais hospitalares e medicamentos e exames de apoio diagnóstico de natureza simples como a patologia Clínica e Radiologia.

Os demais exames têm valores próprios. Os valores pagos aos auxílios cirúrgicos correspondem a 30% da quantidade de pontos do cirurgião para o 1º auxiliar e 20% para os demais auxiliares. A remuneração dos SP prestados por cada hospital é feita obedecendo à sistemática da soma dos valores em reais que correspondam aos SP registrados na AIH, a soma o número de pontos correspondentes a todos os procedimentos realizados registrados na AIH, obtendo-se o valor do ponto do SP por AIH, mediante a divisão do valor em reais dos SP pelo total de pontos dos procedimentos realizados, somando-se o número de pontos correspondentes aos procedimentos realizados e prestados por cada uma das pessoas física ou jurídica. O valor conseguido é então multiplicado pelo total de pontos da pessoa física ou jurídica, obtendo-se daí o valor em reais, a ser pago.

Os valores devidos a uma pessoa física ou jurídica em todos os hospitais onde tenha prestado SP correspondem à somatória dos valores encontrados em cada estabelecimento de saúde onde tenha atuado naquela competência. O SIHD gera os valores brutos, sendo que do valor bruto devem ser deduzidas as retenções obrigatórias por lei.

As anestésias nas AIH cujo procedimento 8 tem como atributo “não inclui anestesia” podem ser realizadas sob anestesia, em casos específicos e para eles existem os códigos próprios que podem ser registrados na tela de Procedimentos Realizados do SISAIH01.

d) Procedimento de Faturamento Ambulatorial SUS - SIA
(Sistema de Informação Ambulatorial).

O Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) foi implantado nacionalmente na década de noventa, visando o registro dos atendimentos realizados no âmbito ambulatorial, por meio do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA). Ao longo dos anos, o SIA vem sendo aprimorado para ser efetivamente um sistema que gere informações referentes ao atendimento ambulatorial e que possa subsidiar os gestores estaduais e municipais no monitoramento dos processos de planejamento, programação, regulação, avaliação e controle dos serviços de saúde, na área ambulatorial.

Até a implantação de um sistema informatizado, os registros dos atendimentos ambulatoriais eram efetuados nos Boletins de Serviços Produzidos (BSP) e o pagamento dos prestadores, por meio de Guias de Autorização de Pagamento (GAP). Com a evolução do SUS para uma gestão cada vez mais descentralizada, o Ministério da Saúde (MS), necessitou de dispor de um sistema de informação para o registro dos atendimentos ambulatoriais, padronizado em nível nacional, que possibilitasse a geração de informações facilitando o processo de planejamento, controle, avaliação e auditoria. Em agosto de 1992, foi concluído o Manual de Especificação Técnica do Sistema de Informações Ambulatoriais, contendo a descrição do projeto lógico do sistema, visando ao desenvolvimento do projeto físico, por parte das Secretarias de Estado da Saúde, através dos órgãos processadores contratados por convênio específico (BRASIL, 1992a).

O SIA foi implantado pelo Ministério da Saúde em todo o País em 1995. À época, por ser sistema padronizado em âmbito nacional, constituiu-se em instrumento fundamental às gestões federal, estadual e municipal do SUS. Desde sua implantação tem como finalidade registrar os atendimentos / procedimentos / tratamentos realizados em cada estabelecimento de saúde no âmbito ambulatorial.

Seu processamento ocorre de forma descentralizada, ou seja, os gestores de cada estado e município podem cadastrar programar, processar a produção e efetivar o pagamento aos

prestadores do SUS, tomando por base os valores aprovados em cada competência, de acordo com a programação física orçamentária definida no contrato/convênio efetuado com os estabelecimentos de saúde sob sua gestão. A partir de seu desenvolvimento e implantação, o SIA vem sendo aprimorado em função das deliberações dos órgãos gestores e das regulamentações do SUS (Normas Operacionais e o Pacto da Saúde). Para se adequar á estas regulamentações, destacamos, primeiramente, à evolução da tabela de procedimentos ambulatoriais e a implantação da Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade/Custo, atualmente chamada de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC). A tabela de procedimentos ambulatoriais, utilizada para o registro dos atendimentos realizados pelos profissionais, passou por uma revisão completa, e foi concluída em 1998. Sua implantação foi oficializada por meio das Portarias: GM/MS n º 18/1999 e SAS/MS n º 35/1999. Nessa revisão, a estrutura de codificação passou de 04 dígitos para 08 dígitos, e os procedimentos anteriormente agregados, em um único código, mas que correspondiam a várias ações, denominados de componentes, foi desmembrado possibilitando a identificação individualizada de cada procedimento. O aplicativo APAC Magnético (APAC-Mag), destinado ao registro da captação do atendimento ambulatorial, é integrante do SIA e sendo de caráter relevante na operacionalização dos procedimentos ambulatoriais que necessitam de autorização prévia.

Foi implantado em 1996, inicialmente para o registro dos procedimentos de Terapia Renal Substitutiva (TRS2) e, posteriormente, para os de Oncologia (quimioterapia e radioterapia) e para os de medicamentos de dispensação excepcional, possibilitando o registro individualizado dos procedimentos considerados pelo MS como de alta complexidade/custo e de alguns procedimentos de média complexidade. O APAC-Mag é um aplicativo que dispõe de banco de dados do tipo relacional, composto por um conjunto de tabelas que viabilizam o controle administrativo da produção ambulatorial. Esse banco armazena dados sobre produção e cadastro de usuários e de estabelecimentos de saúde

autorizados a realizar procedimentos de média e de alta complexidade que necessitam de autorização.

Foi implantado em 1996, inicialmente para o registro dos procedimentos de Terapia Renal Substitutiva (TRS2) e, posteriormente, para os de Oncologia (quimioterapia e radioterapia) e para os de medicamentos de dispensação excepcional, possibilitando o registro individualizado dos procedimentos considerados pelo MS como de alta complexidade/custo e de alguns procedimentos de média complexidade.

O APAC-Mag. é um aplicativo que dispõe de banco de dados do tipo relacional, composto por um conjunto de tabelas que viabilizam o controle administrativo da produção ambulatorial. Esse banco armazena dados sobre produção e cadastro de usuários e de estabelecimentos de saúde autorizados a realizar procedimentos de média e de alta complexidade que necessitam de autorização.

A tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, têm como objetivo principal proporcionar ao gestor uma tabela que seja primordialmente para informação em saúde, subsidiando no processo de planejamento, programação, regulação, avaliação e controle do SUS, bem como permitir a integração das bases de dados do SIA e SIH.

- e) Gerenciamento do Faturamento Saúde Suplementar - conforme norma do hospital e implantação de TI.

A ANS estabeleceu um padrão de Troca de Informação em Saúde Suplementar - TISS para registro e intercâmbio de dados entre operadoras de planos privados de assistência à saúde e prestadores de serviços de saúde. A TISS (Troca de Informação em Saúde Suplementar) é uma norma instituída pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, que estabelece um padrão obrigatório para a troca de informações entre operadoras de planos de saúde e prestadores de serviço de saúde sobre os eventos realizados em beneficiários de planos privados de saúde. O padrão TISS é dividido em três partes:

- a) Representação de conceitos: Constitui um conjunto padronizado de terminologias, códigos e descrições utilizados pela TISS.
- b) Conteúdo e estrutura: Estabelece as guias e demonstrativos utilizados pelo setor de saúde suplementar, padronizando campos, formatos e regras de preenchimento.
- c) Comunicação: Define as transações eletrônicas, incluindo as regras de comunicação e segurança, entre os sistemas de informação das operadoras de plano de saúde e os sistemas de informações dos prestadores de serviços.

As guias do padrão TISS são os modelos formais e obrigatórios de representação e descrição documental sobre os eventos assistenciais realizados no beneficiário e enviadas do prestador para a operadora. O layout dos formulários deve ser seguido integralmente, conforme publicado na Instrução Normativa nº 22, não sendo possível nenhum tipo de alteração em sua estrutura. As guias definidas no padrão TISS são as Guia de Consulta, Guia de Serviços Profissionais/Serviço Auxiliar Diagnóstico e Terapia, Guia de Solicitação de Internação, Guia de Resumo de Internação, Guia de Honorário Individual e Guia de Outras Despesas.

O Demonstrativo de Análise de Conta Médica e o Demonstrativo de Pagamento são os documentos pelos quais as operadoras enviarão aos prestadores as informações relativas ao faturamento e processamento das Guias. Demonstrativos de Análise de Conta Médica Os Demonstrativos de Análise de Conta Médica são documentos enviados da operadora para o prestador com a finalidade de fornecer informações detalhadas sobre o processamento do lote de guias de faturamento enviado pelo prestador, item a item. A partir deste demonstrativo é possível ao prestador fazer uma previsão das contas a serem pagas pela operadora e solicitar revisão de possíveis glosas baseado nos detalhes do processamento das guias. Demonstrativos de Pagamento Os Demonstrativos de Pagamento são documentos enviados da operadora para o prestador com a finalidade de fornecer extrato das contas da

produção apresentadas nas guias em questão e seu pagamento ou não.

5 CONCLUSÕES

A observação sobre um dos componentes do tipo ideal de organização, o profissionalismo, que ao juntar-se com a formalidade e a impessoalidade, criam uma espécie de fórmula média onde estão presentes os elementos que constituem a burocracia, se faz necessário diante do “passivo institucional” que gestões anteriores das organizações beneficentes, priorizando exclusivamente a “prestação de serviço filantrópico”, sem preocupar-se com as estruturas gerenciais das organizações que dirigiam, deixaram como herança, perpetuando a ineficiência na estrutura de planejamento e de gestão dos recursos, destacando-se os financeiros, pois estes funcionam como articuladores do processo de prestação de serviço.

Desta forma a viabilização da continuidade dos serviços prestados pela instituição estudada a partir da criação de modelos de saneamento financeiro, que garanta a estabilidade organizacional, o problema foco da pesquisa, obteve a ampliação e compreensão da problemática além de se apresentar novas relações a serem construídas entre os recursos produtivos, principalmente o Capital e o Trabalho.

Dos resultados esperados, no início da pesquisa, oportunizou-se o desenvolvimento de práticas técnico-científica, que possibilitaram a partir do saneamento econômico-financeiro, adotar um modelo profissional de gestão financeira, a partir da definição de processos que garantam a esperada viabilidade organizacional, foi confirmada com a apresentação da fundamentação de ações gerenciais de saneamento do fluxo de recursos financeiros, a saber:

- a) Padronização formal de procedimentos para o gerenciamento operacional do fluxo de informações das tarefas da área financeira;
- b) Planejar antecipadamente todos os objetivos a serem atingidos, este elemento é fundamental para a sobrevivência das organizações;

- c) Organizar, deixar claro para todos qual tarefa cada um irá realizar, quanto tempo tem para isso, como vai ser o controle e a cobrança, que recompensas estão no horizonte;
- d) Controlar a parte financeira por meio de relatórios financeiros elaborados a partir dos dados patrimoniais e da situação do fluxo de caixa.
- e) Organização do processo de registros contábeis, deve-se avaliar o tipo de instituição, se é público, privado ou entidades do terceiro setor, pois cada um segue Normas diferenciadas.

A fundamentação tem por objetivo orientar os gestores da instituição sobre a importância para organização da efetivação das estratégias apresentadas, além de ser um dos objetivos da pesquisa plenamente cumpridos.

A metodologia proposta foi satisfatória, na medida em que a imprecisão de documentos impossibilitou a análise vertical e horizontal das informações contidas no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo de Resultados Esperados. A impossibilidade do cumprimento das análises reforçou a decisão das prioridades da organização no saneamento financeiro, pois sem controle, nenhum processo gerencial logrará êxito em “medir e corrigir o desempenho de colaboradores para assegurar que os objetivos da empresa e os planos delineados para alcançá-los sejam realizados.” (KOONTZ; O’DONNELL, 1989)

Além deste aspecto outras ações foram propostas, como a referência bibliográfica das variáveis constituintes dos demonstrativos financeiros, tais como o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Resultados do Exercício, além da referência dos índices financeiros básicos, o que foi plenamente realizado.

A análise micro ambiental realizada descreveu as variáveis internas, estabelecendo quais foram objetos de análise futura, bem como o estabelecimento dos objetivos, onde se propôs ações gerenciais de saneamento do fluxo de recursos financeiros e a fundamentação teórica da construção de uma proposta de gerenciamento do fluxo de recursos financeiro para a organização hospitalar objeto da pesquisa.

Desta forma, considera-se o estudo realizado de forma satisfatória, atingindo grande parte dos seus objetivos, principalmente a revisão bibliográfica que incrementa o conhecimento acadêmico, na medida em que se integra aos arranjos produtivos, desencadeando maior percepção de utilidade e efetividade nos conhecimentos.

Apresentamos também a necessidade de se aprofundar os estudos e buscar a elucidação de outras variáveis que não foram fundamentadas neste trabalho, mas que são de relevância no saneamento financeiro da instituição.

A saber:

- a) Negociação de dívidas tributárias;
- b) Negociação de dívidas fiscais;
- c) Negociação com fornecedores e colaboradores;
- d) Levantamento do passivo de dívidas trabalhista julgado e a julgar;
- e) Plano de Investimento de Recursos Financeiros;
- f) Levantamento do Ativo Imobilizado e patrimônio (histórico e físico);
- g) Plano de Capacitação de Recursos Humanos

As fundamentações das ações processuais, realizadas nesta pesquisa, oferecem a instituição, condições de compreensão da sua realidade e principalmente de planejar um futuro promissor na efetivação de sua prestação de serviço com alto grau de qualidade, técnica e gerencial, garantindo a existência da organização, de extrema importância e significação para a comunidade local e regiões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Art. 931, de 10 de janeiro de 2012. **Código Civil Brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_58/artigos/Art_Jonny.htm>. Acesso em 25 de fev. 2015.

BRASIL. **Decreto Nº 3.048**, de 06 de maio de 1999. Republicado em 12/05/1999, Atualização: abril/2015. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1999/3048.htm>>. Acesso em 23 de fev. 2015.

BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira**. 2º ed., 2011.

BURMESTER, H.; PEREIRA, J. & SCARPI, M.J. **Modelo de Gestão para organizações de saúde**. RAS, São Paulo, vol. 9, n. 37, p. 125-32, out./dez. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos** . 7ª ed. 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Teoria Processo e Prática**. 2ª ed. Saraiva, SP. 2007, p. 11.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DAVENPORT, Thomas H. Reengenharia de processos: como inovar na empresa através da tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 390p.

FERRARI, Ed Luiz. **Análise de Balanços: Série Provas e Concursos**. 4ª ed. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise De Balanços** . 3ª ed. 1981.

IUDÍCIBUS. Sérgio de. **Análise de Balanços**. 6ª ed. 2004.

LINO, K. M. S.; GONÇALVES, M.F. & FEITOSA, S.L. **Administração Hospitalar por Competência: O Administrador como Gestor Hospitalar**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>>. Acesso em: 24 de maio de 2015.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Análise Das Demonstrações Financeiras**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/analisedemonstracoesfinanceiras.htm>>. Acesso em 23 de maio de 2015.

MATARAZZO. Dante C. **A Análise Financeira de Balanços**. 5ªed, 1998.

MENEGOLLA, Maximilliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como Planejar?** Petrópolis-RJ. Vozes, 1990.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis L. **Introdução à Contabilidade - Com Abordagem Para Não Contadores**. 2005.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade Fundamental**. 4ª ed. 2013.

RODRIGUES, Marcus V. C. **Qualidade de Vida no Trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SILVA, César A. T.. TRISTÃO, Gilberto - **Contabilidade Básica**. 4ª ed. 2009.

SILVA, Reinaldo Oliveira; **Teorias da administração**. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2013.

SZUSTER, et all.; CARDOSO, Ricardo L. **Contabilidade Geral**. 3ª ed. 2011.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz R. **Contabilidade De Custos e Análise das Demonstrações Contábeis: Série Provas e Concursos**. 1ª ed. 2009.

VICECONTE, Paulo E. V. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Frase, 10ª ed. 1996.